

## **Património e Território: dos Lugares às Redes**

Paulo Carvalho

Centro de Estudos Geográficos

Universidade de Coimbra (Portugal)

3000-447 Coimbra; 239 859900; ohmega@clix.pt

### **Nota preliminar**

O património, enquanto conjunto de valores, estrutura de mediação entre o passado e o presente, matriz de explicitação das linguagens de estruturação dos territórios e das paisagens, assume hoje foros de quadro privilegiado de reflexão conceptual no âmbito da temática do desenvolvimento.

Com efeito, o património, sobretudo através da sua componente cultural, é um tema recorrente nos caminhos para o desenvolvimento. Contudo, as capacidades para identificar e activar esses valores são desiguais conforme os lugares e as sociedades.

No caso dos espaços rurais periféricos a dinâmica dos últimos anos tem, regra geral, acentuado os processos de abandono e a degradação das estruturas edificadas e das paisagens rurais. Mas, alguns desses territórios são agora organizados e apropriados sobretudo por populações urbanas que valorizam os elementos da paisagem outrora entendidos como sinal de arcaísmo e atraso de desenvolvimento, em resultado de processos espontâneos ou na sequência de linhas estratégicas de orientação e de instrumentos de política regional que enfatizam acções e medidas com o objectivo de requalificar esses territórios e promover as suas potencialidades originais e excepcionais (Carvalho, s/d). Noutros casos, é a dinâmica interna e o papel dos actores locais que enfatiza o valor pedagógico do património, identificando-o e aproximando-o dos cidadãos. Em qualquer dos exemplos, as lições do passado e o contexto histórico, projectados no campo do património cultural, configuram um recurso singular e alicerçam a matriz de especificidade dos territórios.

Rotas, circuitos, itinerários, convocando sítios e lugares como pontos de uma rede, desenhados em diferentes escalas espaciais, ancorados ao património e frequentemente ao turismo cultural, representam caminhos validos para a construção de marcas de identidade territorial, e são um estímulo para a articulação entre as diferentes peças e a construção de um sentido de pertença ao conjunto.

### **Património: recurso estratégico para o desenvolvimento rural**

No contexto da globalização os espaços rurais dos países desenvolvidos foram obrigados, uma vez que o processo é essencialmente exógeno, a abandonar a sua tradicional função de abastecedores de alimentos para reconverter-se em espaços multifuncionais (ao serviço da satisfação das necessidades da população urbana, como principal estratégia para sair da crise em que muitos se encontram mergulhados (Navarro Valverde et al., 2002). Como reconhece Leonor de la Puente Fernández (2002: 234), “En las últimas décadas, y consubstancial al desarrollo del capitalismo en el sector agrario, en el mundo rural europeo se está profundizando en un doble proceso territorial de signo contrario, iniciado anteriormente, que la Comisión Europea denomina con los términos de concentración, especialización e intensificación por un lado, y de marginalización por otro (...)”. De acordo com a mesma autora, os processos de abandono dominam as áreas marginais, e são acompanhados da destruição de infra-estruturas, do património, da paisagem, enfim, de investimentos acumulados que, todavia, poderiam contribuir para a formação de riqueza no mundo rural mediante a sua reutilização em outras iniciativas sócio-económicas. Além disso, a marginalização suscita a necessidade de intervir no território para reduzir os impactos sobre os recursos e evitar perdas irreparáveis. Mas, por outro lado, os espaços marginais são procurados por uma população urbana sedenta de usufruir experiências centradas nos valores naturais e culturais, cuja presença, cada vez mais intensa, pode acelerar o

processo de destruição do património e gera necessidades de equipamentos e serviços cuja exigência se reclama ao sector público e, em definitivo, à sociedade em geral.

A nova política para o mundo rural deve ser orientada para o desenvolvimento rural integrado, unindo a dimensão sócio-rural e ambiental, assumindo que é necessária a diversificação das actividades produtivas nos espaços rurais, e determinando novos objectivos para a agricultura em função da perspectiva de ordenamento dos espaços rurais (Salom Carrasco, 2000). Com efeito, o carácter multifuncional indica que, além de abastecer de produtos agrícolas, a agricultura produz bens públicos (cria natureza e paisagem, preserva o ambiente e facilita a gestão do território), pelos quais o cidadão contribuinte deverá pagar.

As experiências LEADER (I e II), nos anos 90, e a nova fase (LEADER+) são a expressão concreta dessa atmosfera de mudança em que se procura outorgar ao mundo rural um papel mais activo e inovador na condução do seu próprio futuro.

De igual modo é preciso assinalar importantes modificações no plano sócio-cultural, nomeadamente a extensão dos modelos culturais urbanos ao espaço rural e, de forma paralela, a revalorização dos “modos de vida” e das culturas rurais; a consciencialização dos cidadãos sobre a necessidade de conservar o ambiente e preservar a paisagem; a cada vez maior procura de natureza e espaços naturais (e culturais) por parte da sociedade de ócio que se generalizou nos países mais desenvolvidos.

Nos últimos anos nos espaços rurais abriu-se caminho a diferentes opções de desenvolvimento, dando lugar a uma nova articulação territorial entre áreas rurais, entre estas e o espaço urbano, e a globalidade. Para as áreas mais deprimidas favoreceu-se uma nova lógica, não de crescimento sectorial agrícola mas de desenvolvimento rural: a pluriactividade é a via que se impõe como solução para a crise agrícola, e uma das principais opções de desenvolvimento é o turismo rural

(Salom Carrasco, op. cit.). Interessa-nos em particular não a actividade em si mas as suas relações com o território e o património, e por isso podemos considerar o espaço segundo a perspectiva de utilização turística. Trata-se de um modelo emergente, em consequência de mudanças culturais e sociais, alicerçado numa diversificação da oferta turística, ao contrário do (seu antecessor) turismo costeiro, de sol e praia, massificado e capaz de gerar fluxos realmente extraordinários de visitantes. Como reflexo da crescente variedade de estilos de vida, o turista mais culto deixou de ser um objecto dirigido pela oferta, manipulado pela propaganda, para alcançar uma certa maturidade na eleição mais selectiva do espaço de destino e do tipo de oferta. Tem recebido o mais alto interesse por parte das entidades políticas (nacionais, regionais e locais) que em certos casos legislaram sobre o seu desenvolvimento e controlo e é objecto de importantes investimentos (por exemplo os projectos apoiados pelos programas LEADER), com o objectivo de orientar a diversificação produtiva dos meios rurais tradicionais, com a potenciação de uma actividade turística, que pode basear-se na qualidade natural (é o caso da promoção de espaços naturais protegidos), ou os valores culturais do seu património (natural, cultural, paisagístico), ou na sua potencialidade como uso recreativo e desportivo. A diversidade de termos, turismo rural, agroturismo, turismo de natureza, ecoturismo, sugerem fórmulas diferentes, que originam transformações espaciais e implicações variadas nas estruturas sociais (García Manrique, 2000) – as estações de ski (que exigem espaços construídos especificamente para a actividade) e o agroturismo (com quase nula alteração e impacto paisagístico), são disso exemplo.

A maioria dos documentos sobre desenvolvimento sustentável do turismo elaborados nos últimos anos, reconhece o património (na amplitude das conotações natural e cultural) como recurso para

o desenvolvimento, e por isso as componentes do território são elementos chave para a valorização turística dos lugares.

Desta forma a própria paisagem é interpretada como um activo turístico no sentido de que pode configurar uma ferramenta útil de desenvolvimento e um valor a conservar para o turismo rural.

De igual modo, importa referir que a qualidade estética, a autenticidade e a variedade nas composições territoriais fazem toda a diferença (Antón Clave, 2000).

Uma vez que assistimos a progressivo desenvolvimento e consolidação de formas de ocupação e uso do espaço rural vinculadas ao turismo, importa reflectir sobre a sua tradução territorial, e perceber se o turismo rural se constitui num novo factor de articulação económica e territorial, ou por outras palavras, questionar a viabilidade do turismo rural e a sua capacidade para revitalizar territórios. Os resultados das investigações sobre esse papel do turismo são “contraditórios”. Se por um lado há situações em que o turismo parece conduzir a uma reconstrução ou valorização coerente das paisagens de suporte, mediante a intervenção pública (mormente através de subvenções) ou privada procurando construir o suporte da imagem rural, por outro lado não é fácil evitar o impacto paisagístico decorrente de certas infra-estruturas ou a construção de novas residências.

A afirmação da relação entre turismo e património, tanto a nível internacional como em Portugal, decorre em boa parte da crescente importância e visibilidade do turismo em todas as suas manifestações (das práticas recreativas às dimensões enquanto actividade económica) bem como da preocupação pela preservação e valorização do património das sociedades nas suas diversas manifestações (Fernandes e Carvalho, s/d).

Segundo Bertonecello et al. (2003), o vínculo entre turismo e património apresenta-se como uma relação positiva em ambos os sentidos, por via dos efeitos positivos que o conhecimento do

património pode exercer sobre os turistas que, no quadro de uma prática recreativa, podem tomar contacto com ele, conhecendo-o, valorizando-o e enriquecendo-se culturalmente. Por outro lado, o turismo apresenta-se como uma estratégia para garantir a valorização e preservação do património, na medida em que, através dele, seria possível incentivar na população atitudes a favor do seu conhecimento e preservação. Ao mesmo tempo, a actividade turística pode gerar recursos económicos para a sua gestão e protecção.

Contudo, os autores identificam também um conjunto de problemas: “los procesos de deterioro ambiental tales como la contaminación de playas o la excesiva artificialización del medio, los conflictos culturales derivados de la coexistencia entre turistas y población local, la dependencia económica que se genera en los destinos turísticos para satisfacer las demandas de los turistas, o las deficientes condiciones de los mercados laborales turísticos, son ejemplos ya ampliamente señalados de estas problemáticas” (Bertoncello et al., op. cit.: 2). Outra questão problemática é a “mercantilização” do património, isto é, a transformação do património em produto de consumo, segundo a perspectiva de que a procura de nova função ou uso para certos imóveis com reconhecido valor patrimonial, no contexto da sociedade de consumo (e do espectáculo), privilegiará o acesso e o desfrute da população com mais capacidade económica e, em certos casos, pode subtrair o bem patrimonial ao seu contexto sócio-cultural.

De qualquer maneira, a avaliação da transformação territorial e da paisagem que produz a implantação turística leva a considerar a existência (ou não) de políticas rurais e turísticas consistentes durante o processo de criação do espaço turístico afinal uma das causas fundamentais de certas discontinuidades e problemas. Por isso o “êxito” social da actividade em termos de conservação e valorização do património (e da paisagem) não pode desvincular-se de medidas concretas derivadas da intervenção pública, nomeadamente planos de intervenção

ancorados a matrizes físicas (de ordenamento) e suportes financeiros necessários para impulsionar e consolidar a sua execução.

### **Dos lugares às redes: novas perspectivas de (des)envolvimento**

Segundo Michael Dower (1997) vários elementos do património integram-se facilmente em itinerários turísticos ou circuitos temáticos. Assim, os caminhos de peregrinos (como os de Santiago de Compostela em Espanha), mas também os caminhos-de-ferro a vapor (muito populares no Reino Unido, em França e na Bélgica), os canais e vias navegáveis que contam à sua maneira a história de numerosas regiões, as rotas do vinho, da lã, entre outras, são outros tantos meios para integrar diferentes elementos do património das regiões percorridas.

Na expressão de Richards (1998: 106), “The development of thematic routes and itineraries has received a renewed impulse in recent years thanks to the discovery of cultural tourism as a major growth area in the European tourism market”.

Esse (novo) turismo cultural teve o apoio do Conselho da Europa, desde meados dos anos 80, com o lançamento do programa dos “Itinerários Culturais”. A escolha dos caminhos de Santiago de Compostela, como primeiro itinerário cultural europeu, enquanto caminho altamente simbólico no processo da construção europeia, serviu de referência e exemplo para as acções futuras. Estava lançada a semente para explorar caminhos reais e imaginários, onde se forjou, ao longo dos séculos, a identidade cultural europeia, na sua unidade e diversidade. Duas décadas depois, a lista dos “Itinerários Culturais” do Conselho da Europa excede as duas dezenas de temas - Mozart, os Celtas, parques e jardins, as cidades europeias das grandes descobertas, o Humanismo, as festas populares, são apenas alguns exemplos. Esses itinerários possibilitam projectos de cooperação nos domínios da pesquisa, da valorização patrimonial, da cultura e das

artes, dos intercâmbios culturais e educativos dos jovens, do turismo cultural na Europa e do desenvolvimento cultural durável.

De facto, a nova oferta do turismo cultural possibilita o encontro entre o património e os visitantes gerando recursos que servem de complemento aos rendimentos de muitas regiões rurais. De igual modo, importa considerar as novas tendências do consumo cultural: contemplativo e participativo, vivencial.

Assim, os circuitos turísticos e culturais surgem como um conjunto de traçados turísticos, em que é essencial desenhar e materializar acções de animação, difusão e promoção dos seus recursos nucleares, e dar argumentos aos visitantes para permanecer alguns dias.

Segundo certos autores, como Maynar Aguilar (1998), a rota turística pode ser definida como um itinerário temático para a descoberta do património, capaz de provocar a realização de uma viagem através do território que a sustenta, utilizando recursos e serviços, sendo portanto, um produto elaborado e susceptível de ser comercializado. O objectivo é promover a mobilidade dos visitantes ao longo do itinerário, por sua vez estruturado em etapas, sítios e lugares e estruturas de acolhimento; as acções de animação e promoção são fundamentais segundo a perspectiva de permanência no tempo. O circuito, em termos turísticos, é o itinerário com saída e chegada ao mesmo ponto estabelecido sobre as infra-estruturas viárias capaz de ser percorrido num curto espaço de tempo, sempre inferior a um dia, tendo qualquer conteúdo temático.

Mas, acima de tudo, o que importa sublinhar é a ideia de criar vínculos entre os lugares (ou com os lugares por onde os viajantes passavam, como a Rota da Prata, o Caminho de Santiago, ou outros menos conhecidos), através de marcas de identidade. Os lugares (ou sítios) devem ser seleccionados em função de critérios que dêem coerência e unifiquem os diferentes pontos, de modo a que a rede a constituir represente mais do que a soma aritmética das suas componentes.

“A Rota de Escritores do século XX da Região Centro” é um exemplo muito interessante, de como a partir da literatura é possível valorizar património que não é apenas literário. Polarizada em torno de motivos simbólicos, a iniciativa lançada pela Comissão de Coordenação da Região Centro, assume a dimensão de um projecto sócio-cultural, aproveitando as ligações entre os territórios e o universo da obra de determinados escritores que se tenham notabilizado. A concretização do projecto, estruturado segundo um processo de candidatura aberto às autarquias da região, resulta em práticas simbólicas e bens materiais duradouros. A primeira componente manifesta-se no lançamento simultâneo de exposições temáticas, originárias de cada núcleo local, centradas nos escritores seleccionados pelas autarquias (Afonso Lopes Vieira, Eugénio de Andrade, Miguel Torga, Fernando Namora, Carlos de Oliveira, Aquilino Ribeiro, e Vergílio Ferreira). Associado às exposições (com carácter itinerante), lançadas em Janeiro de 2003, está a componente editorial, com a publicação de roteiros e monografias consagradas aos escritores, entre outras iniciativas previstas e que envolvem também parcerias com outras entidades (por exemplo, a Direcção Regional de Educação do Centro).

Os “Itinerários do Património” é mais um exemplo, embora de carácter vincadamente turístico (turismo em espaço rural). Trata-se de uma rede regional de sítios naturais e culturais dotados de uma identidade específica, que abrange duas regiões rurais da Europa Central e Oriental: Dolenjska/Bela, na Eslovénia, e Dobroudja, na Bulgária.

Nesta armadura conceptual enquadra-se também um programa específico para as aldeias do xisto do Centro de Portugal (de que resultará a constituição da “Rede de Aldeias do Xisto”), iniciativa pública integrada no Plano Operacional da Região Centro de Portugal, (instrumento que visa estruturar o desenvolvimento na região para o período 2000-2006)

O programa envolve mais duas dezenas de aldeias serranas (microterritórios periféricos, com fragilidades económicas, sociais e demográficas), repartidas por treze municípios, das sub-regiões do Pinhal Interior Norte e Sul, Beira Interior Sul e Cova da Beira, a saber: Arganil; Castelo Branco; Fundão; Góis; Lousã; Miranda do Corvo; Oleiros; Pampilhosa da Serra; Penela; Proença-a-Nova; Sertã; Vila de Rei, e Vila Velha de Ródão

Trata-se da “requalificação de um conjunto de aldeias serranas (recuperação de coberturas e fachadas, requalificação de espaços sociais, instalação de mobiliário urbano, recuperação de pavimentos de ruas e calçadas, infra-estruturação com redes básicas) que sustente uma rede de sítios de interesse turístico” (CCRC, 2001: 38). Os lugares serão integrados numa rede segundo um plano de desenvolvimento (turístico) integrado de toda a região, do qual também fazem parte as estradas panorâmicas que ligam as aldeias e prevêm além de circuitos panorâmicos, parques de lazer e áreas de paragem com leitores de paisagem, miradouros. A linha de acção de enquadramento destas iniciativas, denominada “infra-estruturas e equipamentos de promoção das potencialidades”, contempla igualmente projectos de modo a estabelecer uma rede percursos activos (pedestres, BTT, TT, rodoviários) e culturais (arquitectura tradicional, arqueologia) numa perspectiva integrada que promova a globalidade da região, a requalificação e o estabelecimento de novas praias fluviais, e o estabelecimento de uma iniciativa museológica constituída por iniciativas temáticas ou desenvolvidas em conjuntos ou em elementos isolados, dispersos pelo território e preservados *in situ* (CCRC, op. cit.).

Desde logo importa colocar algumas questões: quais os objectivos da iniciativa e como foram seleccionadas as aldeias?

No que concerne aos objectivos (de modo a completar os traços acima esboçados), no essencial pretende-se: requalificar e infra-estruturar um conjunto de aldeias serranas; preservar a sua

identidade; melhorar as condições e a qualidade de vida das populações; estimular a auto-estima dos habitantes; promover as suas potencialidades (originais e excepcionais); potenciar a sua valia pela sua integração numa rede de percursos.

Em relação aos critérios de escolha das aldeias: “enquadramento em espaços vincadamente rurais; enquadramento em ambiente de montanha ou média montanha; predomínio da arquitectura rural tradicional local; lugares que utilizam recursos locais (pedra e madeira) como principal material construtivo; lugares não completamente abandonados pelos seus habitantes; lugares abandonados pelos seus habitantes, mas reocupados por outros que mantêm as actividades tradicionais; predomínio da primeira habitação; componente de alojamento turístico não representar mais do que 25% das residências existentes: enquadramento na rede de percursos global” (CCRC, s/d). De igual modo, foram definidas preferências para os lugares em que o material de construção seja, predominantemente, o xisto e/ou quartzito, e também a existência de imóveis para serviços (a título de exemplo: posto de informação, valência museológica, alojamento turístico, venda de produtos locais).

Quanto ao tipo de iniciativas elegíveis, o citado documento menciona a sinalização (de acesso, de informação, identificação); a infra-estruturação (redes básicas, pavimentos, serviços em espaços exteriores e interiores), e os imóveis particulares (arranjo de fachadas, coberturas, substituição de portas, janelas e respectivas caixilharias).

O processo envolveu a elaboração de um “Plano de Aldeia”, documento que visa caracterizar a aldeia e sua inserção, apresenta os motivos que fundamentam a escolha e estabelece as linhas orientadoras da intervenção correspondente.

Esse trabalho permitiu realizar um levantamento relativamente exaustivo das aldeias (que, em alguns casos, é o primeiro documento dessa natureza), em diversos suportes, retratando diversos domínios (as estruturas edificadas e a população residente são disso exemplo).

Mas a iniciativa, ao convocar mais de duas dezenas de aldeias, tem inerente uma certa diversidade, isto é, não estamos perante lugares isotrópicos:

- A diferenciação dos títulos administrativos dos lugares corresponde também a quadros demográficos, económicos e sociais com especificidades que é necessário compreender.
- A estrutura edificada também é muito variável: número de imóveis; estado de conservação; tipologia e características arquitectónicas; tipologia de ocupação.
- Os estatutos de protecção dessas paisagens (culturais) são também diferenciados.

Tendo em linha de conta os planos elaborados para as aldeias e o trabalho de campo realizado, parece-nos oportuno esboçar uma síntese a partir da análise dos seus principais problemas e potencialidades. Assim, como principais dificuldades assinalamos: acessibilidade viária; baixos níveis de aptidão e conforto urbano; incêndios florestais; (insegurança); reduzida expressão ou ausência de verdadeiros espaços públicos; nível muito fraco das redes de infra-estruturas básicas; forte dependência exterior; fragilidades demográficas; progressiva degradação do edificado e dissonâncias construtivas; falta de manutenção da envolvente das aldeias. As potencialidades prendem-se com a inserção das aldeias em contextos de elevado valor paisagístico e patrimonial (a Rede Natura é disso exemplo); em certos casos, trata-se de conjuntos, isto é, agrupamentos arquitectónicos rurais com unidade e bem integrados na paisagem; integração em redes de percursos (organizados por entidades de expressão local, regional e nacional); sítios de elevado potencial para educação patrimonial. As oportunidades decorrem do financiamento público (nacional e comunitário por via do QCA III), da possibilidade de articulação com outras

iniciativas de desenvolvimento, e do facto do património e da paisagem representarem preocupações estéticas e vivenciais das sociedades pós-modernas.

### **Conclusão**

A especificidade e o carácter diferencial dos territórios rurais assenta em boa parte naqueles factores que caracterizam e definem as qualidades particulares do lugar e do território onde se integra.

O património é um desses elementos diferenciadores, com importante papel de mediação na (re)construção de memórias e identidades. Nos últimos anos é recorrente a sua utilização como âncora de iniciativas de desenvolvimento que visam requalificar territórios periféricos ou persistentemente marginalizados, projectar a sua imagem e estimular dinâmicas demográficas e geo-económicas positivas, com ligação frequente a certas componentes do turismo cultural.

A articulação dos sítios e lugares através de projectos territorialmente mais amplos, é um dos caminhos para encontrar escala de afirmação e construir imagens de uma certa identidade e unidade entre as partes intervenientes.

A “Rede de Aldeias do Xisto” (Pinhal Interior, Centro de Portugal) é mais um pretexto para esta reflexão. Trata-se de uma iniciativa pública que pretende ser uma abordagem integradora (vertentes social, patrimonial e turística), alicerçada num conjunto de acções que visam requalificar microterritórios rurais em declínio, melhorar as condições de vida das suas populações, elevar a sua auto-estima e promover as suas potencialidades originais e excepcionais (em boa parte sedimentadas no seu património construído), também com o intuito de estimular a sua integração nos destinos do turismo cultural.

Serão esses estímulos suficientes para a redescoberta e reinvenção do rural (e das novas formas de viver a ruralidade), com dignidade e qualidade de vida?

É preciso reconhecer aqueles que mantêm as paisagens de expressão cultural, e que são parte importante desse património, de modo a estancar a sangria demográfica dos lugares serranos e a estimular a fixação de nova população. A sobrevivência desses lugares de montanha não pode depender apenas da residência secundária (principalmente se isso significar “presentes que permanecem ausentes”).

A resposta (e o envolvimento) da população (no espectro heterogéneo formado por residentes permanentes, neo-rurais e residentes ocasionais), a dinamização e a visibilidade das aldeias (e da própria rede) são algumas das questões mais pertinentes que gravitam em torno da iniciativa.

### **Referências Bibliográficas**

- Beaudet, Gérard (1999) : “Paysage et investissement de valeur”, in Philippe Gonidec-Poullaouec et al. (dir) : *Le paysage : territoire d'intentions* . Paris, L'Harmattan, pp. 35-51.
- Bertoncello, Rodolfo et al. (2003): “Turismo y patrimonio en Argentina. Hacia una conceptualización desde las Geografías Culturales”; in Mauricio Abreu (editor/organizador): *Historical dimensions of the relationship between space and culture* (Rio Conference 2003). Commission on the Cultural Approach in Geography; International Geographical Union, Rio de Janeiro (edição em cd-rom).
- Carvalho, Paulo (s/d): “População, Território e Desenvolvimento. Análise a partir das aldeias serranas da Lousã”, in *Actas do X Encontro APDR* (Demografia e Desenvolvimento Regional). Évora, Universidade de Évora (Junho de 2003). (em publicação)
- CCRC (2001): *Programa Operacional da Região Centro 2000/2006*. Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro.
- CCRC (s/d): *Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior – Plano Global de Intervenção*. Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro.
- Dower, Michael (1998): “O recurso património – um trunfo para o desenvolvimento local”, in *Leader magazine*, nº 17, Primavera de 1998.
- Fernandes, João Luís e Carvalho, Paulo (s/d): “Património, Memória e Identidade: Repensar o Desenvolvimento”, in Lucília Caetano (coord.) – *Território, Ambiente e Trajectórias de Desenvolvimento*. Coimbra, Centro de Estudos Geográficos. (em publicação)
- Fernández, Leonor (2002): “El paisaje agrario en el discurso territorial de la PAC y en la ordenación de los espacios rurales”, in *Actas del XI Coloquio de Geografía Rural (Los espacios rurales entre el hoy y el mañana)*. Santander, Universidad de Cantabria, Servicio de Publicaciones, pp. 234-242.
- García Manrique, Eusebio (2000): “Los espacios del turismo”, in *Actas del XVI Congreso de Geógrafos Españoles (El Territorio y su Imagen)*, Málaga, CEDMA, pp. 41-113.
- Maynar Aguillar, Manuel (1998): “Concepto de ruta turística (...)” in *European Congress about Cultural Itineraries and Thematic Routes*. Logroño, Fundación Caja Rioja, pp. 311-317.

- Navarro Valverde, Francisco et al. (2002): "Territorios de acción para el desarrollo rural. El caso de la provincia de Granada", in *Actas del XI Coloquio de Geografía Rural (Los espacios rurales entre el hoy y el mañana)*. Santander, Universidad de Cantabria, Servicio de Publicaciones, pp. 181-190.
- Richards, Greg (1998): "Cultural tourism in Europe: recent developments", in *European Congress about Cultural Itineraries and Thematic Routes*. Logroño, Fundación Caja Rioja, pp. 105-113.
- Salom Carrasco, Julia (2000): "Los lugares y los procesos de globalización", in *Actas del XVI Congreso de Geógrafos Españoles (El Territorio y su Imagen)*. Málaga, CEDMA, pp. 171-186.